

JUSTIÇA O PT PEDIU COMPARTILHAMENTO DAS PROVAS DO INQUÉRITO NO SUPREMO APÓS A IDENTIFICAÇÃO DO CHAMADO 'GABINETE DO ÓDIO'

TSE pede informações ao STF sobre provas para cassação de Bolsonaro

A Procuradoria-Geral Eleitoral deu parecer favorável ao compartilhamento no início da semana, desde que as informações sejam mantidas em segredo pelo Tribunal Eleitoral

BRASÍLIA

Da redação
@jornalovale

O ministro Og Fernandes, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), pediu informações ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), sobre a possibilidade de uso de provas colhidas no inquérito das fake news em um processo de cassação contra o presidente Jair Bolsonaro. A depender da opinião de Moraes, Fernandes vai decidir se concede ou não o pedido do PT para que as provas sejam compartilhadas.

A Procuradoria-Geral Eleitoral deu parecer favorável ao compartilhamento no início da semana, desde que as informações sejam mantidas em segredo pelo TSE, porque estão sob sigilo no STF. Em ofício enviado a Moraes, Fernandes quer que o colega esclareça se já foram concluídas perícias e diligências e se as provas "guardam pertinência temática" com o processo do TSE.

O inquérito do STF foi aberto em março do ano passado para investigar a disseminação de notícias falsas e ataques a ministro da Corte. Há duas semanas, o relator, Alexandre de Moraes, determinou buscas e apreensões em endereços ligados a apoiado-



Fake News. O presidente Jair Bolsonaro é alvo de processo que poderá levar à cassação do mandato

res de Bolsonaro. O episódio aumentou ainda mais as críticas do governo ao Supremo. Já a ação no TSE foi aberta a pedido da coligação encabeçada pelo PT, que teve Fernando Haddad como candidato à Presidência em 2018.

O processo no TSE investiga se a chapa vitoriosa se beneficiou da contratação de empresas de disparos de mensagens em massa. O caso veio à tona a partir de reportagem do jornal "Folha de S. Paulo" de dezembro de 2018 que denunciou "irregularidades na contratação

OUTROLADO

Defesa do presidente foi contrária ao compartilhamento de provas

REAÇÃO. Em manifestação ao TSE, a defesa de Jair Bolsonaro foi contra o compartilhamento de provas. Argumentou que o inquérito do STF trata da divulgação de notícias falsas e ofensivas aos ministros da Corte - e, portanto, não teriam nada a acrescentar no processo de cassação de mandato. Em parecer enviado ao TSE, o

vice-procurador-geral eleitoral, Renato Brill de Góes, ponderou que as provas obtidas na busca e apreensão podem ser úteis no processo de cassação. Og Fernandes já tinha declarado encerrada a fase de produção de provas da ação do STF e tinha determinado a apresentação de alegações finais da defesa e da acusação. ■

do serviço de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral, pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp".

Segundo uma testemunha, uma rede de empresas recorreu ao uso fraudulento de nome e CPF de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos. Ou seja, empresas de disparos em massa teriam usados dados de terceiros, adquiridos de forma ilegal, porque não tinham autorização para tanto.

Ainda de acordo com o processo, duas dessas agências foram subcontratadas pela empresa AM4, que foi a maior fornecedora da campanha de Bolsonaro. Segundo a prestação de contas do hoje presidente ao TSE, foram pagos R\$ 650 mil à empresa.

O PT pediu compartilhamento das provas do inquérito do Supremo porque, ao longo das investigações, foi identificado o "gabinete do ódio", um grupo dedicado a disseminar notícias falsas e ataques ofensivos a pessoas comuns, autoridades e instituições. Segundo depoimento prestado por um deputado federal cujo nome é mantido em sigilo, o grupo teria, entre seus principais integrantes, assessores especiais da Presidência da República.

Ainda segundo o inquérito do STF, há um grupo de empresários responsáveis pelo financiamento dessa rede de propagação de mensagens falsas ou agressivas. Entre os suspeitos está o dono das lojas Havan, Luciano Hang. Entre as provas a serem compartilhadas, estão os objetos apreendidos há duas semanas nas buscas e apreensões - como celulares, computadores e outros dispositivos eletrônicos. ■

2018

FOI O ANO

em que Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República, ao derrotar Fernando Haddad no 2º turno

PANDEMIA PESQUISA DE ECONOMIA FOI DIVULGADA NESTA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA

Febraban: para 50%, vai ter retomada da economia

DADOS. Levantamento divulgado nesta sexta-feira (12) pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) aponta que quase a metade (49%) dos entrevistados acredita que suas finanças voltarão ao patamar de antes da pandemia de covid-19 em até um ano. Destes, 21% apostam que a retomada poderá se dar ainda mais rápida, em até

seis meses. Trata-se do Observatório Febraban, estudo mensal que mapeia a visão da população sobre os temas que impactam o Brasil. Nesta pesquisa, a Febraban busca identificar como as pessoas têm superado medos e incertezas na retomada das atividades econômicas no país em virtude da pandemia do novo coronavírus. ■



Pandemia. Pesquisa mostra expectativa da população

VALOR

Bolsonaro sanciona lei do salário-mínimo

AÇÃO. O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que estabelece o valor do salário-mínimo para 2020, de R\$ 1.039 em janeiro e de R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro. A lei foi publicada nesta sexta (12) no Diário Oficial da União, mas os valores já estavam em vigor desde a edição de medidas provisórias. ■

POLÍCIA

Governo retira dados sobre violência

OCULTADO. O Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos retirou os dados sobre violência policial do relatório divulgado pelo órgão sobre denúncias recebidas pelo governo federal por meio do Disque 100 referente ao ano de 2019. Segundo o ministério, os dados foram retirados por 'inconsistências'. ■